

A Medicalização dos Afetos: a Ritalinização da Infância e as Implicações aos Direitos da Infância e da Adolescência

Pricilla Gouveia Gouveia

Resumo

No Brasil o consumo do psicoativo (Metilfenidato) mais conhecido como Ritalina aumentou significativamente nos últimos anos – 775% nos últimos dez anos – (UERJ, 2014). O que nos remete a uma importante reflexão: qual a razão e a implicação social desse fenômeno bem como a eficiência dos métodos de diagnóstico para o uso deste psicotrópico? O presente estudo almejou a investigação dos efeitos do uso desse medicamento, sobretudo, nas crianças em idade escolar (público em que mais se observou a incidência desse tipo de medicação) assim como de que forma estas foram rotuladas como portadoras de Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH). Ao verificar-se que a identificação das crianças como portadoras da doença era baseada em critérios, que numa análise mais cuidadosa, poderiam ser aplicados a qualquer indivíduo dessa idade, questionou-se a implicação de uma evidente rotulação imprecisa e danosa, pondo em risco o próprio conceito de infância e os direitos a ele concernentes. Ademais, tal situação se relaciona às tensões decorrentes de tentativas de docilização dos corpos, tal qual apregoo Foucault, na expurgação das individualidades e na normatização do “ser criança”. Igualmente, o estudo seguiu o caminho histórico apresentando a origem da Ritalina, sua aplicabilidade em pessoas que tem TDAH, a chegada do medicamento ao Brasil até a evolução para o aumento de casos diagnosticados nos últimos dez anos. Com base no artigo da jornalista Eliane Brum, extrai-se várias reflexões acerca desta temática, sendo a principal se haveria um doping legalizado das crianças. De encontro a essa assertiva, Juslaine de Fátima Abreu Nogueira discorre acerca do tema em sua tese “Discursos de Psiquiatrização na Educação e o Governo dos infames da Escola: entre cifras de resiliência e acordes de resistência”. Questiona-se esse estado de coisas, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal visando descobrir quais são os limites desta ingerência na vida dessas crianças e adolescentes, trazendo reflexões acerca da melhor forma de tutelar as crianças justamente na fase mais importante de seu desenvolvimento biopsicossocial, a fim de Tutelar os Direitos Fundamentais. A discussão a respeito do tema é de suma importância para prospectivamente melhorarmos a forma de lidarmos com as singularidades de cada indivíduo, respeitando-os enquanto sujeitos de direitos e proteção. Pois, claramente são dignos de respeito e não podem estar a mercê das mazelas de um sistema de padronizações e lapidações de suas emoções, o que vem ameaçar toda e qualquer manifestação de sua subjetividade.

Palavras-chave: ritalinização; docilização; escola; direitos fundamentais;